



Termo de Consentimento para Tratamento de Dados Pessoais

LGPD - TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PROCESSO SELETIVO

Em razão de processo seletivo à vaga de emprego, de acordo com os artigos 7º e 11 da Lei nº 13.709/2018, seguem as disposições abaixo.

Cláusula Primeira - Dados Pessoais e Finalidade

O Titular, ao enviar seus dados pessoais para participação no processo seletivo da VITÓRIA CONSULTORIA EM RH LTDA, localizada na Avenida das Américas, n. 700, bloco 6, sala 344, Barra da Tijuca/RJ, CEP: 22.640-100, inscrita no CNPJ sob o nº 55.044.828/0001-33, autoriza a utilização dos mesmos, especialmente para o recebimento do currículo, sua avaliação, seleção e recrutamento em processo de admissão para compor o quadro de empregados da Controladora.

Parágrafo Primeiro: O Titular declara que seu currículo está de acordo com o padrão aceito pela Controladora, conforme o modelo disponibilizado em seu sítio oficial e demais canais de comunicação, sendo que serão objeto de tratamento os seguintes dados, especificamente para participação do processo de seleção e recrutamento para a vaga de emprego:

- Nome completo;
- Estado Civil;
- Nível de instrução ou escolaridade;
- Números de telefone e WhatsApp;
- Endereços de e-mail;
- Endereço;
- Escolaridade;



- Experiência Profissional;
- Testes de conhecimentos específicos de acordo com a área de atuação.
- E outras possíveis informações relevantes ao processo seletivo;

Parágrafo Segundo: O Titular poderá ser convidado pela Controladora a participar das próximas etapas do processo seletivo e, neste caso, se houver a necessidade de coleta de outros dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, o tratamento será objeto de termo de consentimento específico, com a indicação das finalidades.

Cláusula Segunda - Atualização e Veracidade dos Dados

O Titular é o responsável pela exatidão, veracidade e atualização dos dados fornecidos.

Cláusula Terceira - Compartilhamento

A Controladora pode compartilhar os dados pessoais do Titular com empresas que auxiliam na realização do recrutamento de candidatos e com empresas do mesmo grupo econômico da Controladora.

Cláusula Quarta - Tempo de Guarda dos Dados

Finalizado o processo seletivo, caso o Titular não tenha sido selecionado, a Controladora armazenará os seus dados em um banco de dados que garanta a segurança das informações, pelo período de 12 (doze) meses, quando então serão eliminados, ressalvadas as hipóteses que autorizam a conservação de dados, conforme prevê o artigo 16 da Lei nº 13.709/2018, inclusive para a defesa dos direitos da Controladora em processos administrativos, judiciais e arbitrais.

Cláusula Quinta - Acesso aos Dados e Exercício do Direito à Revogação

O Titular declara que foram sanadas suas dúvidas sobre a utilização de seus dados pessoais e informa que poderá obter informações sobre o tratamento dos seus dados, exercendo seus direitos, inclusive de revogação do consentimento, por meio do Canal de Comunicação a seguir relacionado: contato@vitoriarecruiter.com.br.



Cláusula Sexta - Segurança dos Dados

A Controladora se responsabiliza pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de tratamento inadequado ou ilícito.

Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular, a Controladora comunicará sua ocorrência ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), em cumprimento ao artigo 48 da Lei nº 13.709/2018.

Cláusula Sétima - Conciliação

Os vazamentos individuais ou acessos não autorizados poderão ser objeto de conciliação direta entre a Controladora e o Titular e, comprovado o dano e não havendo acordo, a Controladora ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 52 da Lei nº 13.709/2018, devidamente apuradas pela ANPD.

Cláusula Oitava - Disposições Finais

O Titular declara que tem ciência de que seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis serão compartilhados apenas para as finalidades indicadas neste termo, em observância à legislação vigente no Brasil, resguardado o exercício do direito de defesa pela Controladora e as hipóteses de conservação de dados autorizadas pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).